



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 14 DE TAGUATINGA



PROPOSTA

PEDAGÓGICA

2019

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às
marcas e aos valores dessa sociedade.
Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora,
ora como fator de mudança.
Às vezes, preservando determinadas formas de cultura.
Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente.
De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se
ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica.
(...) A possibilidade humana de existir - forma acrescida de ser - mais do que viver
faz do homem um ser eminentemente relacional.
Estando nele, pode também sair dele. Projetar-se. Discernir. Conhecer.
(Paulo Freire)

SUMÁRIO

Apresentação	02
1.1 Histórico	03
1.2 Caracterização Física	03
1.3 Dados de Identificação	03
2. Diagnóstico da Realidade	04
3. Função Social	05
4. Princípios	05
4.1 Ensino Aprendizagem	07
4.2 Educação Integral	07
4.3 Educação Inclusiva	08
4.4 Currículo Integrado	09
4.5 Princípio da Unicidade entre a Teoria e a Prática	09
4.6 Princípio da Interdisciplinaridade e da Contextualização	09
4.7 Princípio da Flexibilização	10
4.8 Avaliação Formativa	10
5. Missão	11
6. Objetivos Institucionais e Estratégias de Ação	11
6.1 Gestão Pedagógica, Gestão das Aprendizagens e dos Resultados Educacionais	11
6.2 Gestão Participativa e Gestão de Pessoas	12
7. Fundamentos Teóricos Metodológicos	13
7.1 Pedagogia Histórico Crítica	13
7.1.2 Manifestação da Prática Pedagógica	13
7.1.3 Papel da Escola	13
7.1.4 Função da Avaliação	13
7.1.5 Relação Professor Aluno	14
7.1.6 Técnica de Ensino	14
7.1.7 Métodos de Ensino – Método da Prática Social	14
7.2 Psicologia Histórico Cultural	15
8. Organização do Trabalho Pedagógico na Escola	15
8.1 Plano de Ação da Coordenação Pedagógica	16
8.2 Estratégia de Valorização e Formação Continuada dos Profissionais de Educação	17
8.3 Metodologias de Ensino Adotadas	17
8.3.1 Metodologia de Ensino Tradicional	17
8.3.2 Metodologia Construtivista	17
8.4 Alinhamento com Diretrizes Operacionais	18
8.5 Ciclos, Séries e semestre: Anos Finais do Ensino Fundamental	19
8.6 Relação Escola Comunidade	20
8.7 Sala de Recursos	21
8.8 Serviço de Orientação Educacional	21
8.8.1 Atribuições do SOE	22
8.9 Atuação do Educador Social Voluntário	23
8.10 Plano de Permanência e Êxito Escolar dos Estudantes	23
8.10.1 Plano de Ação	23
9. Estratégias de Avaliação	24
9.1 Avaliação em Larga Escala/Rede/Institucional	24
9.2 Avaliação das Aprendizagens	24
9.2.1 Avaliação Diagnóstica	25
9.2.2 Prova Integrada	25
9.2.3 Projeto Interdisciplinar	25

9.2.4 Avaliação Formativa	26
9.2.5 Projetos Interventivos e Recuperação	26
9.2.6 Reagrupamentos	27
9.2.7 Avaliação Somativa	27
9.3 Conselho de Classe	27
10. Matriz Curricular	27
11. Plano de Ação para Implementação do PP	28
11.1 Gestão Pedagógica	28
11.2 Gestão de Resultados Educacionais	30
11.3 Gestão Participativa	31
11.4 Gestão de Pessoas	32
11.5 Gestão Financeira	33
11.6 Gestão Administrativa	33
12. Acompanhamento e Avaliação do PP	33
13. Projetos Específicos	34
14. Referências Bibliográficas	?

APRESENTAÇÃO

O Centro de Ensino Fundamental 14 de Taguatinga, tem como finalidade oferecer uma educação de qualidade à comunidade atendida.

A Educação, fenômeno social e universal, é considerada atividade humana necessária ao exercício da cidadania. Isto implica que cada grupo da sociedade tem como obrigação cuidar da formação e do desenvolvimento do homem que dela participa, além de prepará-los para uma vida ativa, participativa e transformadora nas mais variadas instâncias sociais. O início da construção do Projeto Pedagógico 2019 ocorreu na Semana Pedagógica; foram cinco dias reuniões entre direção, professores e funcionários desta Unidade Pública de Ensino para tratar da importância da escola pública, a organização do trabalho pedagógico e as temáticas do cotidiano escolar. Ela é organizada uma vez ao ano, em fevereiro, antecedendo a volta às aulas. Realizada na escola com toda a equipe pedagógica e administrativa; os participantes conheceram as sugestões de Proposta Pedagógica para o ano letivo e participaram do início da elaboração do PP/2019.

No final de fevereiro, após o início das aulas, fizemos a primeira reunião de pais e mestres onde foi apresentada a proposta do P.P. a comunidade. Após a apresentação houve a discussão e coletas de sugestões. A seguir iniciamos uma nova fase que foi o envio, para toda a comunidade escolar, do questionário sócio, político, cultural, econômico e levantamento das sugestões para o PPP desta Unidade de Ensino.

E aos doze dias do mês de março os alunos participaram da avaliação institucional e construção da proposta do PP realizada em sala de aula pelo professor conselheiro.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO

Representante	Nome
Direção	Susana Macêdo Santos (Diretora) Gilsilene Vaz (Vice diretora) Norma Lúcia Pereira (Supervisora)
Docentes	Heglison Barros Portela Vanessa Fernandes Varejão Freire Maria José Pereira Maria Cristina Georges Zayat Herbene de Castro Luna
Coordenadores	Juliana Branco Campos Ione Correa do Amaral
Carreira Assistência	Aparecida Macedo do P. Gomes Evandro Americano do Brasil Rafael de Sousa Santos
Comunidade Escolar	Ercília Maria Santos Aguiar Ana Paula Vieira Wellington Souza Ramos Sonaira Cristina de Sousa Lima
Serviços de Apoio	Laís Ludmylla Acácio Rodrigues e Silva Ana Paula de Oliveira Kathleen Silva dos Anjos

1. HISTÓRICO

1.1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

Quando iniciou a cidade de Taguatinga, esta Unidade de Ensino foi inaugurada como Escola Classe 22 para atender o Ensino Fundamental II, nas series iniciais. A cidade foi crescendo junto com a população e em 05 de agosto de 1993 foi inaugurado o Centro de Ensino Fundamental 14 de Taguatinga atendendo as necessidades da demanda educacional do setor.

Em sua trajetória essa instituição contou com o trabalho, competência e eficiência de diversos profissionais dedicados ao ensino. Hoje essa Unidade de Ensino é gerenciada pelas Professoras Susana de Macêdo Santos e Gilsilene Vaz, desde janeiro de 2017.

O foco de atendimento no Centro de Ensino Fundamental 14 desde a sua inauguração foi o trabalho na modalidade do Ensino Fundamental II, series finais no matutino, vespertino e noturno, este último na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Com o tempo a modalidade EJA foi transferida para o Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte.

1.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O Centro de Ensino Fundamental 14 é um prédio com dois pavimentos que possui quinze salas de aula, sendo onze no piso superior e quatro no piso inferior. Temos, ainda uma sala para a Escola Integral, uma sala multifuncional, uma sala da direção, uma sala de assistência pedagógica, uma sala de professores, uma sala de coordenação, uma biblioteca, uma sala de recursos, uma sala de Serviço de Orientação Educacional, uma sala do Administrativo, uma secretaria, uma cantina e uma quadra coberta poliesportiva e um pátio coberto.

1.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA.

1.3.1 Nome da Instituição de Ensino

Centro de Ensino Fundamental 14 de Taguatinga

1.3.2 Endereço

QNB 15 – Área Especial 1 e 2 – Taguatinga Norte – DF

1.3.3 Telefones

(61) 3901-6673 e 3901-7575

1.3.4 Localização

O Centro de Ensino Fundamental 14 de Taguatinga localiza-se na zona urbana da cidade de Taguatinga

1.3.5 Divisão

Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga

1.3.6 Data da Criação

Foi inaugurada em 05 de agosto de 1993, as atividades pedagógicas tiveram início logo após a inauguração.

1.3.7 Autorização

Feita pela Portaria da Secretaria de Educação nº 03 de 02 de janeiro de 2004.

1.3.8 Turno de funcionamento

Turno Matutino (7h15m às 12h15m)

Turno Vespertino (13h15m às 18h15m)

1.3.9 Níveis de Ensino oferecido

Ensino Fundamental II

3º Ciclo de Aprendizagem

Bloco I – 6º Ano (sete turmas) e 7º Ano (oito turmas)

Bloco II – 8º Ano (sete turmas) e 9º Ano (oito turmas)

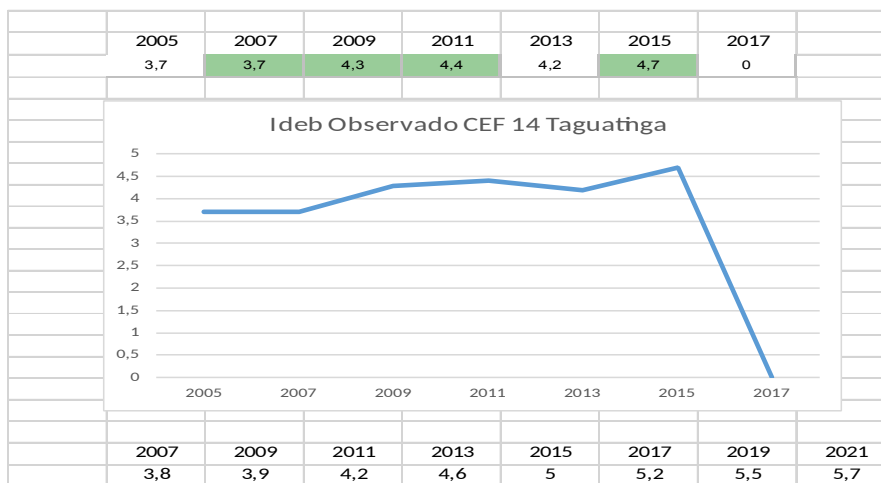
2. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

O Centro de Ensino Fundamental 14 de Taguatinga é uma Escola Inclusiva, atende a 1003 alunos, na faixa etária de dez a dezessete anos, com alunos inclusivos de até vinte e três anos de idade. Nossos estudantes são oriundos de várias comunidades que pertencem tanto às regiões administrativas do DF quanto ao entorno. Contando com alunos de Águas Lindas, Cocalzinho, Girassol, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso, todos de Goiás. E Águas Claras, Assentamento 26 de Setembro, Brazlândia, Ceilândia, Cidade Estrutural, Colônia Agrícola Samambaia, Riacho Fundo I e II, Samambaia, Sol Nascente, Taguatinga e Vicente Pires.

São famílias de baixo poder aquisitivo pertencentes à assentamentos e são beneficiários de vários programas de assistência governamental. Temos também cinco alunos moradores do Abrigo Batuira.

Os responsáveis, através do questionário sócio, político, cultural e econômico, justificaram a motivação de matricularem seus filhos tão longe de suas residências: fuga da alta criminalidade nas cidades em que residem, depredação da estrutura física das escolas da localização, ineficiência do controle disciplinar e falta de uma estrutura pedagógica eficiente nas mesmas. Uma boa parte dos responsáveis trabalham em nossa cidade, por isso optaram trazer os discentes para Taguatinga ficando mais perto de seu trabalho, podendo comparecer às convocações quando solicitados e também acompanhar um pouco mais de perto a vida escolar de seus filhos.

Em 2007, o MEC criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A média do IDEB desta UPE, com dados coletados em 2005 foi de 3,7 crescendo gradualmente até alcançar em 2015 o índice de 4,7. Em 2017 não foi medido o ideb porque menos de 80% dos discentes fizeram a prova.



3. FUNÇÃO SOCIAL

A educação é um processo contínuo e uma prática social constituída e constituinte das relações sociais mais amplas. É, sobretudo, direito inalienável do cidadão. A prática social da Educação deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, para atender às diferentes demandas sociais e como prática social, tem como locus privilegiado a escola, entendida como espaço de garantia de direitos. É fundamental a universalização do acesso e a garantia da permanência bem sucedida para crianças, jovens e adultos, em todas as etapas e modalidades de educação básica. Esta Unidade de Ensino trabalha em defesa da educação pública de qualidade, gratuita, democrática, inclusiva e igualitária para todos e tem como compromisso a formação de cidadãos capazes de transformar a sua realidade e escrever a sua própria história.

4. PRINCÍPIOS

As concepções teóricas e princípios orientadores das práticas pedagógicas do Centro de Ensino Fundamental 14 de Taguatinga fundamentam-se nos documentos oficiais da rede pública de ensino do Distrito Federal, a saber: Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014a), Diretrizes Pedagógicas para o 3º Ciclo (SEDF, 2014a), Diretrizes de Avaliação Educacional (SEEDF, 2014), Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares (SEEDF), Plano Distrital de Educação (2015 – 2024), bem como nas teorias pedagógicas Histórico- Críticas. “Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (SAVIANI, 2008. P.25,26). Há também conceitos e princípios teóricos do multiculturalismo presentes na Teoria Pós-Crítica e nos conceitos de psiquismo e de aprendizagem da Psicologia Histórico-Cultural desenvolvida por Vygotsky, coerentes com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e não excludente. A seguir serão desenvolvidas as concepções no que diz respeito a: ensino-aprendizagem, educação integral.

4.1. ENSINO- APRENDIZAGEM

Sendo a Educação uma prática social em sua essência, os atos de ensinar e aprender estão carregados de intencionalidade. Ensino-aprendizagem é um processo dialético e os principais sujeitos envolvidos, seres humanos únicos e diversos por natureza, aprendem na inter-relação com seus pares. É na interação que se aprende/ensina num processo de trocas constantes. O professor precisa ter claro que necessita primeiramente conhecer os campos de interesse dos educandos e, de maneira planejada e intencional, intervir na realidade que se mostra, proporcionando momentos para formulação / reformulação de hipóteses, questionamentos do que se é ministrado. O início pode ser uma situação problema existente ou não, uma questão relevante para a comunidade a qual está inserido o estudante, uma inquietação comum da faixa-etária (criança, adolescente, adulto). Esse problema, situação, deve ser antes de tudo, estimulante, desafiador o suficiente para mobilizar o interesse do discente em buscar respostas, mas que não se estacione aí. Além de despertar a curiosidade, o professor direciona, mostra opções de registro das hipóteses, confronta opiniões divergentes. A Psicologia Histórico-Cultural, por meio dos conceitos desenvolvidos por Vygotsky, auxilia o professor a compreender como ocorre esse processo. É importante que os desafios não estejam nem aquém (muito fáceis) nem além (difíceis demais) da possibilidade de entendimentos dos educandos e é num ambiente colaborativo que a aprendizagem se desenvolve. É como um ciclo em que há um estágio inicial de aprendizagem, há a mediação do professor, que possibilita a sistematização desse saber, instrumentalizando os estudantes para chegarem à prática social final, que na verdade, não é o fim em si mesmo, pois o que foi aprendido serve de base para a construção de novos saberes e assim sucessivamente, pois o ser humano não deixa de aprender, de questionar. Porém, não há que se falar em mobilização se o que se aprende não tiver sentido para a vida prática. A organização do trabalho pedagógico na escola deve ser pautada por situações facilitadoras da aprendizagem e não que dificultem ou sejam excludentes. É preciso ter em mente que os sujeitos apresentam certa igualdade intelectual, não querendo negar a existência das pessoas com necessidades especiais, pois todos aprendem, porém, em tempos, ritmos e situações diversas. Daí a necessidade de se negar um processo de ensino-aprendizagem homogêneo, que se encerra em si mesmo, elitista que exclui o diferente, a diversidade. A organização escolar em Ciclos coaduna e é coerente com essa concepção de ensino-aprendizagem. Importante destacar que não só o aspecto cognitivo é mais relevante nessa concepção teórica. Como somos sujeitos históricos, sociais, o caráter afetivo de nossas ações também se sobrepõe. Afetivo, o que nos afeta, portanto, as emoções, sentimentos impregnam nossas ações em todos os campos de nossas vidas. Na escola não é diferente e todos os atores envolvidos no processo, quer seja o professor, o (a) estudante, os funcionários, pais, responsáveis acabam direta e indiretamente envolvidos nesse processo. Educar, aprender, ensinar nem sempre é um caminho tão suave assim. Salvo engano, nas décadas de 70/80 havia no mercado editorial brasileiro uma cartilha alfabetizadora com esse título: "Caminho Suave". As contradições, os conflitos, também se mostram bem presentes na escola e não devem ser escondidos, negados. Devem ser debatidos, esclarecidos. É um caminho tortuoso sim, com obstáculos, mas gratificante e carregado de possibilidade de transformação, pois é essa a concepção de escola que defendemos.

4.2. Educação Integral

O conceito de Educação Integral do qual se ocupa o presente documento e os demais que referenciam a Rede Pública de Ensino do DF compreende o ser humano em sua integralidade.

Isto quer dizer que são variadas e múltiplas suas dimensões e necessidades educativas. Acontece que práticas tradicionais tendem a supervalorizar a dimensão cognitiva, deixando em segundo plano a dimensão afetiva, ecológica, emocional, psicomotora, intuitiva, ética, histórica, estética, artística, social, cultural, espiritual que caracterizam o ser humano. Importante deixar evidente que a Educação Integral não se restringe somente à ampliação do tempo no qual o (a) estudante está presente na escola. Não adianta expandir o tempo, se as propostas do PPP da Unidade Educacional não visam atender as diversas dimensões da formação humana e são dadas preferências para atividades meramente recreativas, para “ocupar” o tempo a mais que o estudante passa na escola. Há que se ter um propósito educativo/formativo em todas as atividades propostas. A prática de educação integral ora proposta está pautada em três eixos estruturantes: ampliação de tempos, espaços e oportunidades. Ampliação de tempos não visa retirar das famílias e do Estado as responsabilidades inerentes a estes, transferindo-as para a escola. Está a favor da construção de uma sociedade mais justa que oferece às camadas populares o que ela busca na escola: possibilidade de ascensão econômica e social. Por esta razão, é importante cobrar dos governantes a aplicação eficiente dos recursos para melhoria da infraestrutura das escolas que estão a cada dia ampliando o tempo de permanência dos estudantes. Ampliar os espaços visa o descobrimento ou redescobrimto, valorização de espaços que não sejam somente os intramuros da escola. É um chamamento da comunidade que auxilia a escola a descobrir que outros lugares possuem potencial educativo, como a praça vizinha à escola, a igreja, o galpão comunitário, a biblioteca pública. Quando a escola mostra-se próxima à comunidade, raros são os casos de depredação do patrimônio público. Ampliar possibilidades está relacionado a propiciar e garantir as aprendizagens reais de nossos estudantes, garantindo a permanência e o sucesso escolar dos mesmos. Não é só retirá-los dos perigos das ruas, é oferecer oportunidades e possibilidades de uma formação humana em todas as dimensões anteriormente citadas. Também há princípios que norteiam a Educação Integral. São eles: a integralidade, a Inter setorização, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialidade e trabalho em rede. A integralidade, como dito anteriormente, não é só o aumento da carga horária escolar. É dar importância e equilibrar a característica multidimensional do ser humano. As práticas educativas propostas devem associar as diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esportes, lazer, informática, objetivando o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes. A Inter setorização diz respeito à articulação com as políticas públicas do governo para potencializar a oferta de atividades à comunidade atendida pela Educação Integral, com a integração de projetos sociais voltados para a cultura, o lazer, o esporte, pois iniciativas isoladas tendem a não ter continuidade. A transversalidade traz para o planejamento escolar as vivências dos estudantes, as situações reais de vida articuladas numa concepção interdisciplinar de abordagem dos conhecimentos. O diálogo escola-comunidade refere-se a escola como espaço comunitário, de pertencimento, que abre as portas para trocas culturais e afirmação da identidade cultural da comunidade: crenças, valores, tradições. A territorialidade é romper com os muros escolares. Há construção de saberes fora dos muros escolares. O CEF 14 tem a experiência prática de desenvolver atividades pedagógicas em um galpão anexo à escola, onde são desenvolvidos projetos de interesse tanto dos alunos como da comunidade, como o Ginástica nas Quadras, a capoeira, a horta escolar ... O trabalho em rede: trabalho em conjunto, envolvendo e divulgando as experiências de sucesso em toda rede escolar do Distrito Federal para que não se tenha apenas alguns trabalhos isolados de professores ou grupos de professores, por exemplo, poderia se fortalecer e integrar o

trabalho das escolas parques e dos centros de línguas com as escolas regulares. Há muito que se trabalhar para tornar mais eficazes a comunicação e divulgação dos trabalhos da Rede pública do DF.

4.3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A legislação brasileira, a começar pela Constituição Federal, assegura a universalização da educação. Em seu artigo 205, garante o direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo 206, inciso I, prevê a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e, finalmente, em seu artigo 208, inciso V, estabelece que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso a níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender a suas necessidades; garante a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e assegura a aceleração de estudos aos estudantes superdotados para conclusão do programa escolar. Ainda nesta década, diante das exigências sociais pautadas pela comunidade escolar e a sociedade em geral, a SEEDF inicia um processo de reorganização da Educação Especial, a fim de tornar o sistema de ensino mais inclusivo, no sentido de avaliar, desenvolver e instituir políticas educacionais e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas de desenvolvimento e de aprendizagem, em atendimentos educacionais especializados, que complementam e/ou suplementam a formação de estudantes especiais, com vistas à autonomia e à independência na escola e na vida. Por outro lado, os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) buscaram corrigir distorções e injustiças, em relação aos negros e povos indígenas do Brasil. A alteração da LDB obriga o sistema de ensino a inserir em sua proposta curricular o ensino da História e da cultura afro-brasileira, africana e indígena. E essa obrigatoriedade, por conseguinte, incide na reestruturação curricular. No ensino que se propõe, deve-se considerar que os povos negros e indígenas são sujeitos de sua própria história e atores na constituição da sociedade brasileira.

4.4. CURRÍCULO INTEGRADO

O currículo que se pressupõe integrado procura superar as concepções de prescrições de conteúdos dissociados da vida cotidiana, que não valoriza os saberes e fazeres realizados pelos sujeitos em suas histórias de vida, o que Bernstein denomina “currículo coleção”. Não se pode confundir a não prescrição de conteúdos de maneira hierarquizada e com fim em si mesmos com a ausência ou “aligeiramento” (SAVIANI, 2008) de conteúdos. “[...] que contra a tendência de aligeiramento do ensino destinado às camadas populares nós precisaríamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares. Essa defesa implica na prioridade de conteúdo. Os conteúdos são fundamentais, e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa. Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola não atuemos segundo essa máxima: a prioridade do conteúdo, que é a única forma de

lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação.” (SAVIANI, 2008). Os conteúdos significativos, relevantes e científicos devem se organizar em torno de ideias ou eixos que promovam a integração, articulados com o PPP da unidade escolar que tem autonomia para organizar sequencialmente ideias e temas de maneira coerente com sua proposta pedagógica. Os eixos são referências para os professores planejarem suas atividades docentes e não somente os conteúdos descontextualizados da realidade social dos educandos, facilitando a implantação da interdisciplinaridade no cotidiano escolar. Os eixos transversais do Currículo em Movimento são: a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. Como eixos integradores, temos: a ludicidade e os letramentos. O Currículo Integrado leva os professores a trabalharem a partir de objetivos de aprendizagem, conteúdos culturais e científicos, habilidades, procedimentos e valores, num processo constante de reflexão da prática pedagógica. Isso porque, em algumas ocasiões, faz-se necessário o trabalho com habilidades e procedimentos específicos para que os estudantes possam apropriar-se de determinados saberes relevantes e específicos. “A intenção é de que o Currículo se converta em possibilidade de emancipação pelo conhecimento, seja ideologicamente situado e considere as relações de poder existentes nos múltiplos espaços sociais e educacionais, especialmente nos espaços em que há interesses de classe.” (Currículo em movimento – pressupostos teóricos, SEDF, 2014, p.22).

O currículo integrado somente se efetivará na prática se pautar-se pelos seguintes princípios norteadores: unicidade teoria-prática, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização.

4.5 - PRINCÍPIO DA UNICIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A prática pedagógica que se propõe engajada com a superação das desigualdades econômicas e sociais não dissocia teoria e prática, isso porque separadas, apesar de existirem, mostram-se frágeis em seu objetivo. Na verdade, não existe prática desinteressada em Educação. O professor pode desconhecer a teoria que enseja sua prática, mas nunca será neutra e desinteressada. O conceito de práxis que permeia o Currículo Integrado privilegia ações de reflexão constantes tanto por parte dos (as) estudantes como do professor, respondendo e registrando cotidianamente às questões basilares e norteadoras de seu trabalho: “Para que ensinar”? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar? Os elementos que compõem o currículo devem articular as áreas de conhecimento para que os estudantes se aproximem dos objetos de estudo, possam ver sentido no que aprendem.

4.6 - PRINCÍPIO DA INTERDISCIPLINARIDADE E DA CONTEXTUALIZAÇÃO

A interdisciplinaridade é a abordagem de uma ideia, um tema ou um conceito em diferentes disciplinas/componentes curriculares, tornando mais compreensíveis as partes que interligam as diferentes áreas do conhecimento. A contextualização faz com que o que se ensina/aprende tenha significado, sentido, tanto para os professores como para os (as) estudantes. Interdisciplinaridade e contextualização são fatores facilitadores da aprendizagem. Parte-se sempre do Currículo para gerar as ideias, temas e conceitos trabalhados interdisciplinarmente.

O trabalho colaborativo/coletivo entre os professores é favorecido quando se lança mão da interdisciplinaridade segundo Santomé (1998). É um trabalho que somente acontece quando há predisposição para o diálogo e rompimento com práticas pedagógicas isoladas. O Distrito Federal tem a seu favor o espaço-tempo da coordenação pedagógica, que deve ser valorizado e aproveitado para a formação continuada, o planejamento, o debate sobre a organização curricular e sobre o trabalho pedagógico nas escolas, contemplando o princípio da interdisciplinaridade.

4.7 - PRINCÍPIO DA FLEXIBILIZAÇÃO

Segundo o princípio da flexibilização, a organização do trabalho pedagógico no CEF 14 de Ceilândia procura seguir o que é definido na base comum do Currículo em Movimento, porém, com possibilidade de atender a demandas locais quanto aos interesses dos estudantes e comunidade escolar.

4.8 - AVALIAÇÃO FORMATIVA

Os processos de Avaliação Educacional acontecem em três níveis:

4.8.1 - Aprendizagem – avaliação do desempenho dos alunos

4.8.2 - Institucional – avaliação do trabalho pedagógico

4.8.3 - Larga Escala – avaliação externa: exames e testes. Ex.: Prova Brasil Estes níveis devem estar articulados ao planejamento e organização do trabalho pedagógico da escola.

Compreende-se que a avaliação em sua função formativa é a que deve ser adotada pelas Unidades Escolares vinculadas à SEDF. Ela deve perpassar todos os níveis da avaliação, bem como a função diagnóstica. A avaliação vista por este prisma é realizada para incluir, por esta razão práticas meramente quantitativas, classificatórias, excludentes e desvinculadas das aprendizagens devem ser rechaçadas em busca da avaliação para as aprendizagens. Esta contribui para a conquista e potencialização dessas aprendizagens, bem como permite ao professor realizar constantes reflexões sobre suas práticas. Os instrumentos podem ser os mais variados (observações, registros escritos, provas, portfólios, trabalhos em grupo, seminários), porém a intenção do avaliador deve ser a do compromisso com as aprendizagens dos estudantes, compreendendo que este é um processo contínuo e que deva estar em consonância com a proposta de progressão que o CEF 14 segue ao adotar a Organização Pedagógica do 3º Ciclo.

5. MISSÃO

Contribuir no processo de formação humana, cumprindo a função social de valorizar o crescimento do aluno enquanto ser individual e social, para que ele se descubra no mundo, e com autonomia seja capaz de interferir na sua história por meio de uma escolarização bem sucedida.

6. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

6.1. GESTÃO PEDAGÓGICA E GESTÃO DAS APRENDIZAGENS E DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS.

6.1.1 - Objetivos:

- Reduzir os índices de reprovação nos 7ºs e 9ºs anos;
- Melhorar os índices de aprendizagem;
- Manter e/ou melhorar as projeções do índice do IDEB;
- Qualificar o corpo docente quanto à política pública de organização escolar em Ciclos;
- Reduzir a evasão e a infrequência;
- Melhorar a organização do trabalho pedagógico da escola;
- Qualificar o espaço-tempo da coordenação pedagógica;
- Incentivar a criação de projetos de leitura e de matemática;
- Reduzir as ocorrências de violência no interior do espaço escolar;
- Implantar a avaliação institucional periódica;
- Promover a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais;
- Articular as ações da Biblioteca, Sala de Recursos e S.O.E com o planejamento pedagógico da escola;

6.1.2 - Estratégias

- Elaboração do planejamento anual de gestão e da coordenação pedagógica;
- Planejar momentos de estudo e debates sobre o 3º Ciclo no espaço da coordenação pedagógica;
- Divulgar os cursos da EAPE e incentivar a participação dos professores e demais profissionais da educação;
- Promover ações interventivas (reforço e projetos interventivos, reagrupamentos) para os estudantes que não estiverem alcançando os objetivos de aprendizagem;
- Elaboração de uma avaliação diagnóstica que seja base para o planejamento pedagógico ao longo do ano;
- Elaborar com base no Currículo em Movimento e Currículo dos Anos Finais, objetivos e metas de aprendizagem para o Primeiro e Segundo Bloco do Terceiro
- Ciclo de Aprendizagem;
- Aperfeiçoar instrumentos para a Avaliação Formativa das Aprendizagens;
- Aperfeiçoar o Conselho de Classe;
- Articular o planejamento da Sala de Recursos, Orientação Educacional e Coordenação Pedagógica;
- Oferecer atividades lúdicas: futsal e queimada para treino em dias específicos.
- Elaborar em conjunto com os professores atuantes na biblioteca e os da área de Código e Linguagens, projetos de incentivo permanente à leitura;
- Estabelecer um protocolo para o atendimento às ocorrências disciplinares, em articulação com o S.O.E e Assistência de maneira que os instrumentos presentes no Regimento Escolar não sejam banalizados;
- Pesquisar e produzir instrumentos para a realização da Avaliação Institucional;
- Aperfeiçoar os projetos pedagógicos da escola: Festa das Regiões, Jogos JICEF 14
- Promover passeios culturais e saídas de campo;

6.2. GESTÃO PARTICIPATIVA E GESTÃO DE PESSOAS

6.2.1 - Objetivos:

- Promover a participação da comunidade escolar nas decisões da escola (administrativa, pedagógica e financeira);
- Fortalecer e incentivar a atuação dos colegiados da Gestão Democrática;
- Implantar a Avaliação Institucional;
- Melhorar a eficiência da comunicação institucional, tanto com os pais/responsáveis e estudantes quanto com os servidores;
- Promover confraternizações entre os diversos segmentos da comunidade escolar;
- Promover a solução pacífica e mediada dos conflitos;

6.2.2 - ESTRATÉGIAS:

- Realizar reuniões do Conselho Escolar;
- Pesquisar e produzir instrumentos para a realização da Avaliação Institucional;
- Utilizar-se das redes sociais disponíveis para a comunicação eficiente com os diversos segmentos da comunidade escolar;
- Promover eventos externos e internos para a confraternização dos segmentos escolares;
- Intervenção imediata nas situações de conflito;

6.3- Gestão Administrativa e Financeira

6.3.1 - OBJETIVOS:

- Realizar um planejamento para a aplicação das verbas do PDAF com a participação da comunidade escolar;
- Adquirir materiais pedagógicos e de expediente para a implantação do Projeto Político e Pedagógico;
- Revitalizar alguns ambientes escolares, a saber:

Trocar os vidros das janelas para melhor aproveitamento da luz solar;

Estruturar espaço multifuncional para apresentações culturais;

Realizar reforma nos banheiros dos estudantes;

Pintar anualmente os corredores e área interna das salas de aula;

Melhorar o conforto térmico das salas de aula;

Realizar manutenções preventivas e periódicas conforme disponibilidade dos recursos do PDAF;

- Solucionar as pendências possíveis nas prestações de contas anteriores.

6.3.2 - ESTRATÉGIAS

- Realizar, em Assembleia Escolar, a ata de prioridades para aplicação dos recursos do PDAF - Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - procurando atender pelo menos uma prioridade de cada segmento a cada recebimento de recursos;
- Realizar, em Assembleia Escolar, as prestações de contas dos recursos utilizados;
- Dar encaminhamento às pendências dos processos de prestações de contas do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola - para que a escola volte a receber os recursos financeiros federais;
- Promoção de campanha educativa junto aos estudantes para conservação do ambiente escolar;

7. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

As concepções teóricas apresentam uma relação intrínseca com a função social da escola, pois apresenta articulação com os fins educacionais.

7.1 - PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Para Saviani, essa pedagogia é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico-cultural desenvolvida pela “Escola de Vigotski”. A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social a qual professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse).

7.1.2 - MANIFESTAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

- A prática pedagógica propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando à transformação da sociedade (ação – compreensão - ação).
- Enfoque no conteúdo como produção histórico-social de todos os homens.
- Superação das visões não críticas e crítico produtivistas da educação.

7.1.3 - PAPEL DA ESCOLA

- Valorização da escola como espaço social responsável pela apropriação do saber universal.
- Socialização do saber elaborado às camadas populares, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação crítica e democrática para a transformação desta realidade.

7.1.4 - FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO

- Prática emancipadora.
- Função diagnóstica (permanente e contínua): configura-se como um meio de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção/reformulação desta prática pedagógica e dos processos de aprendizagem.
- Pressupõe tomada de decisão.
- O aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

7.1.5 - RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO

- Relação interativa entre professor e aluno, em que ambos são sujeitos ativos.

- Professor e aluno são seres concretos (sócio históricos), situados numa classe social - síntese de múltiplas determinações.
- Professor é autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento, enquanto especificidade da relação pedagógica.

7.1.6 - TÉCNICAS DE ENSINO

- Discussão.
- Debates.
- Seminários.
- Observação.
- Relatórios.
- Leituras.
- Aula expositivo-dialogada.
- Trabalhos individuais.
- Trabalhos em grupo, com elaboração de sínteses integradoras.

7.1.7 - MÉTODOS DE ENSINO - MÉTODOS DA PRÁTICA SOCIAL:

Pressupostos do Método

- Decorre das relações estabelecidas entre conteúdo - método e concepção de mundo. Confronta os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico/filosófica da realidade social, mediada pelo professor.
- Incorpora a dialética como teoria de compreensão da realidade e como método de intervenção nesta realidade.
- Fundamenta-se no materialismo histórico: ciência que estuda os modos de produção. A relação de indissociabilidade entre forma e conteúdo pressupõe a socialização do saber produzido pelos homens.
- Os fins a serem atingidos é que determinam os métodos e processos de ensino aprendizagem.
- Busca coerência com os fundamentos da Pedagogia, entendida como processo através do qual o homem se humaniza (se torna plenamente humano).
- A prática é fundamento do critério de verdade e da finalidade da teoria.
- Incorpora o procedimento histórico como determinante da totalidade social.
- É na mediação entre o pensamento e o objeto (enquanto o pensamento busca apropriar-se do objeto) que desenvolve-se o método.

Passos do Método

Prática Social (ponto de partida): perceber e denotar, identificar o objeto da aprendizagem.

Problematização: momento para detectar as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social, e que conhecimentos são necessários a serem dominados.

Instrumentalização: apropriação das ferramentas culturais necessárias à luta social.

Catarse: tomada de consciência.

Prática Social (ponto de chegada): retorno à prática social, com o saber concreto pensado para atuar e transformar as relações de produção - visão sintética.

7.2 - PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Para a Teoria Histórico-Cultural, o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores, as Funções Psíquicas Superiores/FPS que compreendem a atenção arbitrária, a memória lógica, a abstração, a generalização, a tomada de consciência, dentre outros, fundamentam-se nas relações sociais entre o indivíduo e o meio vivido, na organização sociocultural e em um processo histórico mediado pela relação homem-meio, cujas condições sociais objetivas de vida promovem a criação de sistemas simbólicos nos quais a linguagem tem papel preponderante. Nesta concepção, a mediação do adulto que conhece que tem mais experiência, ocupa papel relevante no processo de aprendizagem da criança. Grande importância é dada à brincadeira na infância como forma de aprendizagem. Por meio, primeiramente da imitação e da cooperação (que ocorre nas crianças no ato de brincar) os seres humanos alcançam novos níveis de desenvolvimento. Brincando, participando das atividades e se relacionando com seu grupo nas ações diárias de produção da vida, a criança vai se apropriando do patrimônio cultural (conhecimentos, valores e comportamentos), produzido, ressignificado dinamicamente e escolhidos como válidos pelas gerações anteriores.

Leontiev (2004, p.284) ensina que:

[...] cada geração começa sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolve assim as aptidões especificamente humanas que cristalizaram, encarnaram nesse mundo.

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

No CEF 14 DE Taguatinga o Ensino Fundamental é oferecido em regime anual de nove anos, em duzentos dias letivos e mil e duzentas horas aula, com o objetivo de prover formação geral básica, capacidade de ler, escrever, formação científica e tecnológica, ética, desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas, a partir do que é significativo para o estudante, valorizando a aprendizagem e os conhecimentos prévios adquiridos. Contempla o Ensino Fundamental II, 3º Ciclo, Bloco I - 6º e 7º Anos no matutino e Bloco II - 8º e 9º Anos no vespertino. A coordenação pedagógica tem papel fundamental no pedagógico da escola. Ela é responsável por organizar todo o trabalho pedagógico, mediar as relações entre escola, família e comunidade. Tem como objetivo principal construir coletivamente respostas para os problemas pedagógicos enfrentados pelo grupo. O (a) coordenador (a) pedagógico (a) deve ter pleno conhecimento dos professores e alunos com quem trabalha da realidade sociocultural em que a escola se encontra e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na escola, sendo um agente de transformação e colaboração no desenvolvimento da aprendizagem.

8.1 - PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

- Encaminhar a outros especialistas os alunos que exigirem atendimento específico;
- Solicitar junto à secretaria da escola a relação de alunos declarados no ato da matrícula, com necessidades especiais e repassar aos docentes cada caso;
- Estabelecer parceria com os grupos responsáveis pelo atendimento dos alunos com necessidades especiais para encaminhar alunos que exigirem atendimento especial;
- Participar ativamente da discussão, elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica;
- Construir, implementar e avaliar o Projeto Político-Pedagógico da Escola;
- Incluir como temática de Formação Continuada o estudo e discussão da Proposta Pedagógica;
- Acompanhar o planejamento a execução e avaliação das atividades pedagógicas e didáticas;
- Analisar os registros realizados pelos professores nos diários de classe e outros;
- Estimular a utilização de metodologias diversificadas que melhor atendam as diferenças individuais;
- Acompanhar a gestão de sala de aula para diagnosticar o perfil das turmas;
- Pesquisar materiais e recursos que permitam o estudo coletivo sobre metodologias diversificadas;
- Propor estudos sobre estratégias de ensino e sua aplicabilidade prática, considerando a natureza e as modalidades organizativas de conteúdo.
- Alinhamento com Diretrizes / Orientação Pedagógica

8.2- ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO.

A formação contínua pedagógica de professores profissionais visa contribuir para a mudança e melhoria do sistema educativo, procurando melhorar a competência profissional dos docentes nos vários domínios da sua atividade, incentivá-los a participar ativamente na inovação educacional e na melhoria da qualidade da educação e do ensino e adquirirem novas competências relativas a especialização exigida pela diferenciação e modernização do sistema educativo. Por isso é necessário que exista na escola formas de acompanhamento e espaços de reflexão sobre a organização das práticas educativas e os resultados escolares. Num contexto de grande pressão social e mediática sobre a escola para que obtenha melhores desempenhos, os

professores são olhados muitas vezes pela sociedade injustamente, como bodes expiatórios de um sistema que funciona muito mal porque só é eficaz para alguns.

No CEF 14 de Taguatinga buscamos fomentar o espaço da coordenação pedagógica, tanto no espaço físico quanto no investimento para atualização, discussão e reflexão da prática educativa. As coordenações coletivas são importantes momentos de estudo, planejamento e avaliação dos fazeres pedagógicos da escola. Momento este em que se integram todos os agentes envolvidos no trabalho pedagógico: gestores, professores, Orientação Educacional, Sala de Recursos e bibliotecários garantindo assim, que os processos educativos sejam eficazes e promovam a inclusão.

8.3 METODOLOGIAS DE ENSINO ADOTADAS

O CEF 14 até o ano de 2017 aplicava a metodologia de ensino tradicional, mas com a implantação dos Ciclos de Aprendizagem sentimos a necessidade de mudança para a metodologia construtivista, onde, neste momento nos encontramos em processo de transição entre os dois métodos.

8.3.1- METODOLOGIA DE ENSINO TRADICIONAL

É a metodologia que segue uma padronização de aulas e avaliações. Focado no conteúdo, o professor é o grande protagonista. Com isso, é um método voltado para competitividade. É um ensino baseado em apostilas e materiais prontos e se baseia em avaliações iguais para todos os alunos, alguns pais e profissionais de educação enxergam esse tipo de ensino como uma promessa segura de sucesso.

8.3.2 - METODOLOGIA CONSTRUTIVISTA

Na escola Construtivista o foco é o desenvolvimento da criança como pessoa, não apenas como aluno. Fruto do trabalho de Jean Piaget, psicólogo suíço, o método é focado na criança. A ideia é construir o conhecimento, não apenas incutir conteúdo nas mentes que estão em formação. O Construtivismo enxerga que a criança aprende por assimilação, e usa sempre a sua realidade para gerar conexões que a façam assimilar o que é novo. Nessa metodologia não há um currículo fechado e muitas atividades são propostas ao longo do ensino. Nela o aluno é protagonista do aprendizado e o professor é o facilitador ao conhecimento.

PROTAGONISMO JUVENIL

A tradicional ideia de que o conhecimento em sala de aula está centrado no professor ou no aluno tem dado espaço para uma outra forma de pensar a educação. Agora vemos o aluno como protagonista de seu processo de aprendizagem, em uma relação de troca com o professor, em uma via de mão dupla em que ambos aprendem e se desenvolvem. No entanto, trata-se de um modelo ainda muito sutil, pois estamos em um processo transitório, caminhando em direção à mudança. Temos ainda enraizado em nossa cultura escolar o modelo antigo, mas é importante dizer que a mudança começa a partir do que fazemos de nossa prática cotidiana. Ver um aluno como protagonista de seu aprendizado significa, entre outras coisas, oferecer a ele autonomia, estimulando-o a buscar informação e a construir conhecimento caminhando com as próprias pernas. Isso não significa deixá-lo a própria sorte, mas sim mediar o processo de aprendizagem acompanhando os seus projetos desde o início até a finalização. Nesse novo formato, o professor abre os caminhos para que o estudante pesquise os conteúdos e descubra a melhor maneira de absorvê-los.

Incluir novas tecnologias e as ferramentas trazidas por elas durante as aulas poderá contribuir com o protagonismo em sala de aula.

Mas é importante ressaltar que aluno precisa se sentir parte do processo, interagindo em sala, sugerindo atividades e compartilhando experiências com os outros alunos, pois do contrário corre-se o risco de ser uma ferramenta de uso aleatório.

A criatividade é uma função nobre da inteligência que motiva o aluno a desenvolver o olhar multifocal, pensar fora da caixa e sair do lugar comum.

Assim, desenvolve-se a capacidade de analisar as situações, fazer escolhas, corrigir rotas, estabelecer metas, administrar as emoções e gerenciar os pensamentos.

Se o ambiente não é favorável, eles se tornam engessados, desinteressados e perdem a curiosidade natural pelas coisas.

O aluno que é capaz de perceber a realidade sob diferentes pontos de vista, desenvolvendo o pensamento crítico, fazendo relações entre os assuntos, compreende que não há uma única forma de enxergar a realidade e aprende a expor ideias e opiniões sobre diversos assuntos sem imposição.

8.4 - ALINHAMENTO COM DIRETRIZES OPERACIONAIS.

Os principais documentos norteadores dessa Proposta Pedagógica, regidos pela Constituição da República Federativa do Brasil são:

- LDB 9394/96;
- PNE - Lei 10.172/01
- PDE - Decreto Lei 6094/07
- Lei nº 10.639/03
- Lei nº 11.645/08
- Lei nº 9.608/98
- Lei nº 11.525/07
- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Resolução nº 2 - MEC
- Resolução nº 4 - MEC
- Regimento Interno SEEDF

A organização do trabalho pedagógico, também está em consonância com as teorias propostas no Currículo em Movimento da SEDF, que propõe a mediação dialética que envolve o saber ser, o saber fazer, de estudantes e professores de forma dinâmica e recíproca em que a prática social, a mediação, a instrumentalização teórica deve estar sempre presente visando à transformação na vida real dos estudantes.

8.5 - CICLOS, SÉRIES E SEMESTRE: ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ciclo de Aprendizagem é uma organização do tempo e espaço escolar que visa o atendimento aos diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes considerando a lógica do processo. Este está relacionado com a necessidade de se pensar uma nova concepção de currículo com maior integração e articulação entre as fases do ensino fundamental, com as demais etapas e modalidades da educação básica, possibilitando uma inserção com melhor adequação

pedagógica entre eles. Ao organizar o 2º Ciclo de Aprendizagem, nas Unidades Escolares, nos Blocos I e II, é importante considerar que a proposta de trabalho se mantém pautada nos eixos integradores da alfabetização, letramentos e ludicidade. E neste ano dá continuidade à implementação do 3º Ciclo, que trata dos Anos Finais. As estratégias que fundamentarão o fazer didático-pedagógico no cotidiano da escola serão: avaliação formativa, diagnóstica e processual; trabalho diversificado; reagrupamento intra e interclasse; projeto interventivo; formação continuada e coordenação coletiva de trabalho pedagógico, conforme as Diretrizes Pedagógicas para o 2º e 3º ciclos para as aprendizagens, entre outras ações didáticas e pedagógicas pensadas pelos profissionais da escola, com a finalidade de assegurar as aprendizagens de todos. Uma vez que as aprendizagens incidem diretamente no desenvolvimento do sujeito (VIGOTSKI, 2000), a qualidade desse desenvolvimento, quanto à alfabetização, implica em que ao final do 1º ano os estudantes possam ler e escrever um texto simples; quanto à continuidade desse processo que vai do 2º ao 3º e do 4º ao 5º no, ler e escrever se sustenta no sentido pleno da alfabetização, que leva em consideração as especificidades morfológicas, sintáticas e semânticas da língua escrita (Magda Soares, 2008). Neste sentido, o letramento vem associar à aprendizagem da leitura e escrita o caráter das práticas sociais, ou seja, a função social dessa habilidade; assim, a ideia de letramento é agregada as demais áreas do conhecimento: matemática, ciências sociais, ciências naturais, códigos e linguagens, educação física e ensino religioso. Considerar a ludicidade neste universo, nos remete a atividade que envolve o jogo, o brincar e as atividades diárias de forma que não fique restrita ao prazer, mas que se estenda a uma vivência significativa.

8.5.1 Projeto Interventivo

O trabalho com projeto interventivo é voltado para as diferentes possibilidades de ofertar ao aluno uma gama de possibilidades de conhecimentos, oportunizando a participação presente e significativa, proporcionando a interatividade e troca de experiências. O projeto interventivo atende os alunos dos anos finais, com defasagens de aprendizagem. Vale ressaltar que a diagnose inicial subsidiará a elaboração do projeto interventivo, que será construído coletivamente, envolvendo toda a equipe pedagógica.

8.5.2 Reagrupamento

O reagrupamento inicia-se com a realização de uma avaliação diagnóstica que proporciona a identificação das habilidades e competências já adquiridas pelos alunos, bem como a identificação do nível de sua aprendizagem quanto à leitura e a escrita da criança em que ela se encontra. A diagnose subsidia o trabalho coletivo com reagrupamento em três modalidades:

- **Reagrupamento Intraclasse:** como o próprio nome indica, consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, durante o horário das aulas. Em determinados momentos, as atividades podem ser as mesmas para todos os grupos, isto é, todos têm o mesmo desafio a desenvolver. Em outros, a atividade pode ser a mesma para todos, porém com comandos distintos, conforme o processo de aprendizagem de cada estudante ou grupo. Há ainda situações em que cada grupo receberá um desafio diferente. O que determina a opção pela forma de organização dos grupos, pela periodicidade de realização e ou pelo trabalho que será desenvolvido é o diagnóstico das necessidades e possibilidades de aprendizagem, realizado pelo professor.

- Reagrupamento Interclasse: é uma dinâmica que enriquece e alarga as experiências estudantis e docentes por meio do diálogo entre as turmas. Nesses momentos, são formados grupos de estudantes de diferentes turmas, do mesmo ano ou não, do mesmo bloco ou não, a partir de necessidades e possibilidades diagnosticadas. Os professores dessas turmas e outros profissionais da escola se distribuem na organização e acompanhamento do trabalho de cada grupo, considerando as especificidades de cada um deles. Assim como não há grupo fixo de estudantes, também o professor não permanece o tempo todo com o mesmo grupo.
- Reagrupamento Extraclasse: realizado com alunos de uma mesma etapa, ou etapas diferentes, em turno contrário.

8.6 - RELAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE

A participação da comunidade escolar, no contexto da gestão democrática, diz respeito à corresponsabilidade pela gestão, pelas atividades pedagógicas e pelas aprendizagens dos estudantes e de todos os envolvidos no trabalho da escola de forma mais direta. Consideramos que a comunidade escolar abrange o grupo das famílias e responsáveis pelos estudantes, professores, especialistas, servidores, gestores e os próprios estudantes. A comunidade escolar funciona como um sujeito coletivo. É preciso que se fortaleça a ideia de que a escola, como espaço público, é de responsabilidade de todos, devendo ser também espaço de mobilização em torno das ações que ali se desenvolvem, para que seja possível consolidar uma cultura, como a proposta por Mello & Silva (1993), quando destacam que:

- a percepção de que a escola pertence à comunidade – professores, diretores, estudantes e seus responsáveis – deve ser evidenciada;
- o interesse do público e do coletivo se deve predominar sobre os interesses corporativos clientelistas;
- os sujeitos participantes da comunidade escolar devem ter suas aprendizagens asseguradas;
- só a comunidade organizada poderá acompanhar e fiscalizar o trabalho escolar, cooperar para que a escola produza os resultados planejados e esperados. Entendemos que a escola deve propiciar o desenvolvimento dessa cultura de participação da comunidade por meio de uma aproximação que supere a lógica de se integrar à escola não apenas para receber os resultados numéricos das aprendizagens dos estudantes, mas se tornarem parceiros dos processos decisórios da ação educativa na escola.

8.7. SALA DE RECURSOS

O atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos é definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (CNE/CEB, 2001) como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado e complementa (para estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) pontua que: O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e

organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.

A Sala de Recursos do CEF 14 conta com duas professoras que realizam o atendimento educacional especializado e uma professora readaptada promovendo a educação inclusiva, tendo como princípio democrático a educação para todos.

Para uma educação inclusiva eficiente, os aspectos organizacionais incluem práticas, como: adequação curricular, flexibilização das avaliações e de tempo de execução de tarefas e adaptação de material pedagógico. O atendimento educacional especializado da Sala de Recursos é ofertado aos alunos com necessidades educacionais especiais da própria escola.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Ressalta-se ainda, que esse serviço é organizado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes matriculados na classe comum, sendo obrigatória a sua oferta pelos sistemas de ensino. Por ter caráter suplementar e complementar é realizado, preferencialmente, no turno inverso ao da classe comum, na própria instituição educacional.

No CEF 14 de Taguatinga funciona a sala de recursos do tipo generalista e possui como público atendido os estudantes com:

- Deficiência mental
- Deficiência física
- TGD
- Síndrome de Down

8.8 – SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Orientação Educacional tem como objetivo contribuir para a melhoria do ensino público do DF, promovendo ação-reflexão das atividades educativas como forma de facilitar a socialização do conhecimento e ampliar as possibilidades do aluno de compreender e agir no mundo como cidadão crítico e participativo.

Está sob a responsabilidade de profissionais habilitadas para a função na forma da lei.

8.8.1 - Atribuições:

- Identificar e encaminhar, de forma sistematizada, os alunos que apresentam problemas de conduta e dificuldades específicas de aprendizagem, quando necessário.
- Orientar a família sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Contribuir com a promoção de relações saudáveis entre a instituição educacional e a comunidade.
- Orientar os pais e/ou responsáveis para a compreensão da cultura escolar e para a importância dos hábitos de estudo na criança.

- Promover momentos reflexivos palestras/encontros que contribuam com a educação das crianças/adolescentes, na prevenção de conflitos escolares e outros temas que sejam necessários.
- Sondar possíveis influências, no ambiente familiar, que possam prejudicar o desenvolvimento do/a aluno.
- Atender individual e/ou coletivamente pais e/ou responsáveis.
- Informar aos pais e aos familiares os serviços de apoio social.
- Acompanhar, individual e coletivamente, os/as alunos/as, dinamizando temas que atendam suas necessidades.
- Realizar ações preventivas contra a discriminação por motivo de convicções filosóficas, religiosas, ou qualquer forma de preconceito de classe econômica, social, étnico enfatizando o respeito à diversidade cultural.
- Conhecer o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e a proposta Pedagógica da Instituição Educacional em que atua.
- Colaborar na análise dos indicadores de aproveitamento escolar, evasão, repetência e infrequência.
- Elaborar o Plano de Ação anual do Serviço de Orientação Educacional.
- Participar do processo de elaboração e da execução de Proposta Pedagógica.
- Participar das coordenações coletivas semanais como corpo docente e reuniões pedagógicas do SOE.
- Participar de estudo de caso dos/as alunos/as em situação de dificuldade, quando necessário.
- Colaborar no encaminhamento de aluno/s que apresente/m dificuldades de aprendizagem e/ou problemas de ajustamento psicossocial para o acompanhamento especializado adequado no âmbito educacional e/ou da saúde, quando necessário.
- Proceder a devolutiva dos atendimentos/encaminhamentos dos/as alunos/a, à direção, e aos familiares.

8.9 - Atuação de Educador Social Voluntário e Monitores

A atuação do Educador Social Voluntário ocorre de acordo com a Portaria nº 22, de 02 de fevereiro de 2018 que institui o Programa Educador Social Voluntário no âmbito da SEEDF.

O suporte destes educadores, mesmo que temporários, contribui com o processo pedagógico da escola, dando suporte ao atendimento dos ANEEs.

Também temos os ESV que atuam em atividades de Educação Integral. Estes Educadores recebem instruções do coordenador da Escola Integral e da Equipe Gestora e executam seu trabalho sob orientação e supervisão desses profissionais em atividades de auxílio pedagógico, culturais e artísticas, esportivas e em outras atividades que se fizerem necessárias.

8.10 - PLANO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DOS ESTUDANTES

Os avanços significativos nos índices de matrículas em todos os níveis da Educação Básica evidenciam o processo de democratização do acesso à escola promovida a partir da promulgação da Constituição Federal (1988), segundo a qual a educação é “direito de todos e

dever do Estado e da família [...]”, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que estabelece, em seu Art. 4º, que é dever do Estado garantir: “I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, [...]; II - universalização do ensino médio gratuito; [...] IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”.

A tendência de queda observada nos índices de evasão no Ensino Fundamental pode ser um indício da efetividade dos programas sociais de transferência de renda instituídos, entre outros objetivos, para garantir a permanência de crianças e adolescentes nas escolas. O programa Bolsa Escola, implementado em 2001, e posteriormente transformado em Bolsa Família (2004).

Para receber um benefício como o Bolsa família, as famílias precisam ter crianças e adolescentes matriculados na escola. Além da matrícula, a frequência é uma das contrapartidas exigidas das famílias incluídas no programa.

8.10.1 - PLANO DE AÇÃO

No aspecto pedagógico, o Plano de Ação apresenta-se da seguinte forma:

Objetivos Prioritários

- Promover a inclusão educacional com a redução dos índices atuais de evasão do Ensino Fundamental II.

META

Até o final de 2019, diminuir o índice de evasão escolar para os anos finais.

ESTRATÉGIAS

1. Identificar e comunicar à Orientação Educacional alunos com crescente número de faltas consecutivas e injustificadas.
2. Repassar aos professores, relatório com o resultado do contato estabelecido com os familiares dos alunos ausentes.
3. Promover os encontros periódicos com a família e o Serviço de Orientação Educacional.
4. Estabelecer parceria com o Conselho Tutelar para acompanhamento dos alunos infrequentes.
5. Promover ações educativas, culturais e desportivas em concordância com os interesses dos docentes e discentes.
6. Reconhecer o aluno destaque em notas e comportamento com certificado de Honra ao Mérito.
7. Realizar colação de Grau para os alunos concluintes do Ensino Fundamental II com a participação dos familiares e da Escola.

EXECUÇÃO

Período da Gestão Escola (2017 – 2019)

AVALIAÇÃO

Acompanhamento sistemático da frequência escolar do aluno e dos relatórios do Serviço de Orientação Escolar, bem como, do Conselho Tutelar.

9 ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

9.1 – Avaliação em larga escala / Rede / Institucional

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permitem ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado.

Por meio de provas e questionários, aplicados periodicamente pelo Inep, o Saeb permite que os diversos níveis governamentais avaliem a qualidade da educação praticada no país, de modo a oferecer subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas com base em evidências.

As médias de desempenho do Saeb, juntamente com os dados sobre aprovação, obtidos no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

É importante utilizar o índice para repensar como se dá o ensino e a aprendizagem nesta Instituição de Ensino.

9.9 – Avaliação das Aprendizagens

Procedimentos Avaliativos

Levando em consideração que a modalidade oferecida à comunidade escolar é a do 3º Ciclo de Aprendizagens e as diretrizes para a avaliação apontam princípios norteadores que permitem uma nova prática avaliativa que tratam de sucesso, das diferenças individuais, das diferenças socioculturais, do progresso contínuo, da liberdade, da cooperação, do diálogo e da transformação social. Sendo assim, a avaliação formativa deste estabelecimento de ensino institui como mecanismos: a observação; questionários; pesquisas; testes; provas; fichas de acompanhamento e auto-avaliação. Tais instrumentos serão utilizados de forma diversificada, numa abordagem interdisciplinar e contextualizada, construída em grupo nas coordenações e em sala de aula durante o processo de ensino-aprendizagem, tendo como parâmetros o Currículo em Movimento da Educação Básica e as novas Diretrizes para Avaliação Educacional.

A avaliação da aprendizagem ou do desempenho do aluno ocorrerá com a realização de ações voltadas, principalmente, para a promoção de um trabalho pedagógico que tenha como pressupostos a capacidade de aprender dos alunos e profissionais e a valorização da experiência do estudante e da cultura escolar.

Desta forma, constituem-se como instrumentos da avaliação:

9.2.1 - Avaliação diagnóstica

Aplicada ao início de cada ano letivo, tem como função permitir ao professor a análise do nível de habilidade que um aluno já tem e, a partir de então, traçar planos para melhor aproveitar o conhecimento prévio de maneira que as habilidades não desenvolvidas possam ser trabalhadas.

9.2.2 - Prova Integrada

É uma prova multidisciplinar aplicada bimestralmente, elaborada por todos os professores a partir de um tema gerador. Nesta atividade são abordados conhecimentos gerais de todas as áreas do conhecimento possibilitando que o aluno realize a conexão entre o conhecimento acadêmico e as atualidades sociais.

9.2.3 - Projeto Interdisciplinar

Um ótimo recurso para ensinar, pois além de motivador, esta ferramenta faz com que os alunos construam seus conhecimentos interligando as diversas áreas da aprendizagem; faz com que os alunos compreendam as relações existentes entre as linguagens e dão a eles a oportunidade de transformar a sala de aula em uma comunidade de investigação e pesquisa, constituindo uma condição para a melhoria da qualidade do ensino, pois supera a clássica fragmentação existente entre as disciplinas e contribui para a formação global do educando. Ao estabelecer um diálogo entre os conteúdos, levantam-se questões interdisciplinares e identificam-se pontos comuns entre eles, levando o educando a um melhor entendimento do mundo concreto e à compreensão destas relações, desenvolvendo competências e habilidades são as palavras de ordem na educação contemporânea, onde o aluno aprende a identificar, avaliar, formar, analisar situações e relações, cooperar, agir, participar, partilhar, organizar, construir, elaborar conceitos e gerenciar, que são saberes fundamentais para a construção da autonomia.

9.2.4 - Avaliação Formativa

De acordo com as Diretrizes de Avaliação da SEDF, a função da avaliação formativa é a mais adequada ao projeto de educação pública democrática e emancipatória. Compreende também que a função diagnóstica compõe a avaliação formativa, devendo ser comuns aos demais níveis da avaliação. Respalhada na avaliação formativa, nossa Unidade Escolar avaliará o contexto escolar de nossos estudantes com o intuito de detectar dificuldades suscetíveis durante a aprendizagem a fim de corrigi-las rapidamente, tendo como auxílio o feedback de informações e a mediação docente como fundamental e decisiva, afinal o professor é, ao mesmo tempo, avaliador e pesquisador da sua prática por refletir conjuntamente com os estudantes sobre os avanços e as dificuldades inerentes ao cotidiano das ações no interior da escola. “Consequentemente o julgamento da sua produção e feedback que lhe será oferecido levarão em conta o aluno e não apenas os critérios de avaliação”. (VILLAS BOAS 2004, p 121). A avaliação também servirá de base para analisar as ações coletivas de nossa escola. As informações que essa avaliação revela permite o planejamento, o ajuste, o redirecionamento das práticas pedagógicas. Ou seja, seus resultados servem para apoiar, compreender, reforçar, facilitar, harmonizar as competências e aprendizagens dos estudantes. Visando uma avaliação que atenda aos estudantes da educação especial, o CEF 14 apoia e no Currículo em Movimento

quando considera: “A avaliação que leva em conta as diversidades, da mesma forma que o currículo, precisa sofrer adaptações. Trata-se de desenvolver uma perspectiva crítica quanto à avaliação, uma vez que o estudante com necessidades educacionais especiais é um indivíduo que se desenvolve de forma qualitativamente diferente. ” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO - EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, p.42). Outro aspecto importante neste processo avaliativo formativo é o envolvimento familiar. Será ofertado espaços nas reuniões bimestrais ou quando se fizer necessário, para dialogar e estabelecer o processo avaliativo da escola, acerca da organização do trabalho pedagógico, dos procedimentos, critérios e instrumentos adotados para avaliar as aprendizagens dos estudantes e sobre os índices de desempenho e exames em largas escalas. Pretendemos com este envolvimento inserir as famílias no processo educativo avaliativo dos estudantes, estabelecer e aprimorar os canais de comunicação entre escola e família. Considerando que o Conselho de Classe é parte integrante do processo avaliativo, não só do desempenho dos estudantes, mas também momento de verificação da ação docente, desenvolveremos estratégias que permitem a participação de estudantes e familiares. Desenvolver-se-á um pré-conselho em forma de questionário de desempenho institucional que avaliará a percepção do estudante de si mesmo como estudante, dele com sua turma, o desempenho da turma, o desempenho dos professores enquanto docentes, da direção da escola e demais serviços prestados por servidores e funcionários. Após a tabulação desse questionário institucional, o resultado será apresentado no momento da reunião de Conselho, assim acreditamos que a percepção dos estudantes estará presente.

9.2.5 - Projetos interventivos e recuperação processual

Considerando-se que a aprendizagem não deva ocorrer de maneira fragmentada, serão desenvolvidas, ao longo do ano letivo, atividades específicas com a finalidade de retomar as habilidades não desenvolvidas pelos alunos possibilitando a eles a superação de defasagens. Estas atividades de intervenção ocorrerão durante todo o processo com atividades elaboradas pelos próprios professores baseando-se nas dificuldades apresentadas. São propostas diferenciadas, lúdicas (jogos, oficinas, atividades práticas) que possibilitam um novo olhar e conseqüentemente a aprendizagem. Este é um instrumento para a recuperação processual que permite a retomada constante de habilidades e competências não desenvolvidas durante todo o período letivo.

9.2.5 - Reagrupamentos

Os reagrupamentos tem como função proporcionar ao estudante um momento em que ele interaja com seus colegas e que a aprendizagem ocorra entre eles através da cooperação mútua entre os grupos menores, formados a partir de critérios inespecíficos que podem ser: a formação de grupos aleatoriamente, formação de grupos com monitores, formação de grupos por níveis de aprendizagem e até mesmo a faixa etária, observando-se que a maioria das turmas é bastante heterogênea.

9.2.6 - A avaliação somativa é usada, para avaliar ações já realizadas. Utilizada para avaliar os objetos de aprendizagem, são aplicadas pelos professores de acordo com a especificidade do conteúdo de cada componente curricular. Possibilitam quantificar e analisar o aprendizado sendo utilizadas como alicerce para o planejamento e desenvolvimento de todas as outras

atividades anteriormente citadas na medida em que indicam com maior eficácia as deficiências e dificuldades individuais.

9.3 – Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma instância democrática de avaliação. Cabe a ele analisar os aspectos e fatos que interferem na aprendizagem, dirimir conflitos e tomar decisões que possam favorecê-la.

Por meio do Conselho de Classe, na modalidade CICLO não deve ser atrelados a notas, mas sim ao desenvolvimento do ensino aprendizagem do educando que serão discutidos e avaliados os aspectos pedagógicos e disciplinares do aluno, bem como, as atividades docentes, possibilitando assim, o planejamento dinâmico, tornando mais eficiente o processo ensino aprendizagem. Uma das grandes finalidades do Conselho de Classe é diagnosticar as causas dos desempenhos insatisfatórios e propor, coletivamente, sugestões para revertê-los.

O Conselho de Classe tem subsidiado os professores, a orientadora educacional e a direção com informações importantes, de cunho pedagógico e disciplinar, que permitem a tomada de decisões e encaminhamentos necessários ao crescimento de toda a comunidade escolar.

10 MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular do Ensino Fundamental – anos finais tem como principal finalidade ampliar o conjunto de competências e habilidades adquiridas pelos alunos ao longo dos primeiros anos de escolarização, no sentido de aprofundar conhecimentos relevantes que contribuam para a formação integral dos estudantes. No que confere à organização da matriz curricular que concentra os conteúdos mínimos das três áreas do conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática, suas tecnologias e Ciências humanas e suas tecnologias. A construção dos saberes relaciona a teoria com a prática, norteando-se pelos princípios éticos e morais relacionados com as questões sociais, as do mundo do trabalho e as de convivência com o nosso planeta. Não podemos perder de vista a principal função da escola: ajudar os alunos a construir conhecimentos acadêmicos, sociais, o

Centro de Ensino Fundamental 14 de Taguatinga - 200 dias letivos.						
Turnos: Matutino e Vespertino.						
Partes do Currículo	Componentes Curriculares	Anos				
		6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	5	5	5	5	
	Matemática	5	5	5	5	
	Ciências	4	4	4	4	
	História	3	3	3	3	
	Geografia	3	3	3	3	
	Educação Física	3	3	3	3	
	Arte	2	2	2	2	
	Inglês	2	2	2	2	
SUBTOTAL		27	27	27	27	
Parte Diversificada	P. D.	1	1	1	1	
	Espanhol	2	2	2	2	
TOTAL SEMANAL DE AULAS		30	30	30	30	

11 PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO P.P.

Visando implantar e implementar as ações do PPP 2019, no CEF 14 DE Taguatinga serão desenvolvidas as seguintes estratégias nas instâncias:

11.1 - Gestão Pedagógica

A gestão pedagógica é exercida de forma democrática e participativa, privilegiando o trabalho em equipe e buscando o envolvimento pleno do compromisso coletivo. A prioridade é estabelecer uma relação dialógica, amigável e respeitosa, expressando o compromisso da escola na formação da cidadania.

OBJETIVOS	AÇÕES	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
-Usar os resultados institucionais como Instrumento norteador da escola para garantir a detenção da qualidade da aprendizagem do educando com o conhecimento e apoio de todos os segmentos da comunidade escolar.	- Planejamento e promoção de atividades diferenciadas, inovadoras que atraiam e envolvam os discentes na busca do conhecimento, tais como: aulas experimentais, visuais, de campo, dinâmicas, teatro, música, competições saudáveis, atividades esportivas, lúdicas, entre outros.	-Investir na melhoria da qualidade do ensino com capacitação dos docentes na busca de alternativas eficientes de abordagem para garantir aprendizagem.	- Ideb - Prova Diagnóstica 2019	Gestores, coordenadores e professores.	-As ações acontecerão em vários momentos de cada bimestre do Ano Letivo, conforme planejado nas Coordenações pedagógicas.	-Gestão Pedagógica; -Gestão de Resultados Educacionais; -Gestão Participativa; -Gestão de Pessoas.
-Atrair todos os envolvidos no processo para à responsabilidade e no resgate de um ensino transformador.	-Inserção do estudante no contexto social com a participação da escola e da família de atividades interdisciplinares e temas transversais:	-Promover a integração da instituição educacional com a família e também com os vários segmentos da comunidade e da sociedade.	- Avaliação Institucional - Conselho de Classe.	Gestores, coordenadores e professores.	-As ações acontecerão em todos os bimestres do ano letivo nos dias e horários disponibilizados pelos profissionais envolvidos nas atividades. Mas	-Gestão Pedagógica; -Gestão de Resultados Educacionais; -Gestão Participativa; -Gestão de Pessoas.

	em cursos, palestras, oficinas, esportes, encontros, atividades culturais, etc.				também serão discutidas e analisadas nos momentos de Avaliação	
-Viabilizar no aspecto físico e material a realização das estratégias de ações planejadas que envolvam todo o processo pedagógico.	-Criação de alternativas para angariar verbas para a melhoria dos espaços físicos e materiais da escola: realizar momentos e/ou eventos para atrair parcerias e/ou voluntários que abracem a nossa causa.	-Proporcionar um ambiente escolar atraente, prazeroso e acolhedor, favorável para acontecer às transformações desejadas.	Reuniões de coordenação para avaliação.	Gestores, coordenadores e professores.	-Em cada semestre do ano letivo e também como tema para ser discutido no momento do evento da Avaliação Institucional	- Sala de coordenação - Recursos materiais.
Garantir o acesso à Sala de Leitura.	- Garantia do acesso dos alunos ao espaço da sala de leitura. - Incentivo ao empréstimo semanal de livros. - Desenvolver projeto de leitura em conjunto com os professores de português.	- Aumento do número de leitores; - Aumento e melhora do acervo da sala de leitura; - Valorização dos leitores.	-Levanta-mento de alunos leitores. - Campanha de cadastrament o de novos leitores.	Gestores e coordenadores , professores readaptados na biblioteca e professores regentes.	-Em cada semestre do ano letivo e também como tema para ser discutido no momento do evento da Avaliação Institucional	-Professores -Bibliotecá-rios -Alunos -Biblioteca -Livros de leitura.

11.2 - GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

OBJETIVOS	AÇÕES	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
Melhorar o rendimento escolar	Desenvolvimento de atividades pedagógicas para elevar o nível de letramento de	Aumento do percentual de aproveitamento dos alunos de modo geral e	Conselho de classe. Reuniões de coordenação pedagógica.	Coordenadores e professores.	Todo o ano letivo.	Professores Resultados bimestrais.

	<p>todos os alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas com os professores para avaliação do rendimento escolar e o comportamento dos alunos. - Realização de reagrupamentos e projetos interventivos. 	por turma.				
Melhorar o rendimento escolar	<p>Promoção de encontros com toda a equipe escolar, com pauta previamente planejada, visando avaliar o IDEB.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise, junto a toda a equipe escolar dos avanços e metas alcançadas anualmente revalidando ações e norteando ações futuras. 	Aumento do percentual de aproveitamento dos alunos de 9º ano na área de português, matemática, ciências, geografia e história.	Ideb, avaliação diagnóstica e resultados bimestrais.	Gestores, coordenadores e professores de Matemática, Ciências Naturais, português, geografia e história.	Todo o ano letivo.	Resultados de desempenho

11.3 - GESTÃO PARTICIPATIVA

OBJETIVO	AÇÕES	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
----------	-------	-------	-------------	--------------	--------	----------

Assegurar a Gestão Democrática do ensino público	<ul style="list-style-type: none"> - Participação do planejamento para aplicação dos recursos financeiros da escola; - Validação dos processos pedagógicos, financeiros e administrativos da escola; - Participação na prestação de contas dos gastos efetivados; - Ratificação das decisões do Conselho de Classe e Equipe Gestora 	Efetivação da atuação do Conselho Escolar.	Levantamento das necessidades no Conselho de Classe.	Representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.	No decorrer do ano letivo.	Assembleia do Conselho Escolar
Melhorar a comunicação com a comunidade escolar.	<ul style="list-style-type: none"> - Reativação do Instagram do CEF 14 - Divulgação de eventos, conteúdos e avaliações, através do Instagram 	Utilização dos meios de comunicação disponíveis via internet.	Comentários referentes as postagens.	Coordenação pedagógica	No decorrer do ano letivo	Computador e celular.

11.4 - GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO	AÇÕES	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
Realizar ações que integrem família e escola.	Realização da Festa das regiões. - Promoção de Feira Cultural como culminância do Projeto Interdisciplinar.	Desenvolvimento de atividades que integrem família/escola.	Planejamento e organização da coordenação pedagógica e professores.	Gestores, coordenadores e professores.	2º e 3º Bimestres	Materiais diversos.
	- Realização de cerimônia de	Comemoração da conclusão do	Alunos aprovados do	Gestores, professores	Novembro e dezembro de	Chácara para aula da

	conclusão do Ensino Fundamental, aula da saudade e baile de formatura	Ensino Fundamental.	9º Ano.	conselheiros, formandos dos 9ºs Anos.	2019.	saudade, quadra poliesportiva, pátio, mesas, cadeiras, arranjos, toalhas, etc.
Desenvolver o sentimento cívico e valorizar as habilidades artísticas dos educandos	- Realização de Momento Cívico e Cultural.	Desenvolvimento de valores cívicos e patrióticos. - Valorização das habilidades individuais e coletivas dos alunos		- Direção, coordenação, professores e alunos.	Ao início de cada bimestre letivo.	Quadra coberta poliesportiva, Som.
Valorizar o desempenho dos alunos destaques.	Realização da Cerimônia de Entrega de certificados para os alunos destaques	No momento cívico entregar certificado para os alunos destaques do bimestre.	Conselho de Classe.	Gestores, coordenadores e professores conselheiros.	Ao final de cada bimestre letivo.	Quadra coberta poliesportiva, Som, listagem de alunos destaques.
Utilizar o espaço de coordenação pedagógica para estudos e trocas de experiências	Utilização do espaço da coordenação para leitura, debates e estudo em grupo.	- Realização de cursos, palestras e oficinas nas coordenações.	Diretrizes Operacionais.	- Supervisores, coordenadores, professores.	Nas coordenações coletivas de 2019.	Sala de coordenação, projetor de multimídia,

11.5 - GESTÃO FINANCEIRA

OBJETIVOS	AÇÕES	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
Prestar contas do planejamento e aplicação dos recursos financeiros.	- Apresentação de projeção de gastos; -Divulgação de planilhas de gastos e aplicação de recursos.	- Garantia da implementação de políticas e programas educacionais.	Semestralmente	Equipe gestora, Conselho Escolar e Caixa Escolar.	2018 e 2019	Reuniões com a comunidade escolar.

11.6 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

OBJETIVOS	AÇÕES	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
Reformar e melhoria do espaço físico.	<ul style="list-style-type: none"> - Pintura da parte interna da escola e salas de aula. - Reforma dos banheiros dos alunos. - Reforma da cantina. - Revitalização da entrada da escola. - Reforma da secretaria 	Melhoria e adequação das condições de atendimento.		<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Estado de Educação. - Coordenadoria Regional de Ensino de Taguatinga. - Direção. - Professores. - Funcionários. 	2019 e 2020	PDAF

12 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA P.P.

O PP do CEF 14 de Taguatinga estará sempre em construção e será avaliado e acompanhado por todos os segmentos da escola e da comunidade escolar em reuniões convocadas nos Dias Temáticos (Avaliação Institucional) com datas estabelecidas no Calendário Anual da SEE/DF, ou em qualquer momento que se faça necessário. No PP será observado o cumprimento de metas e objetivos, além disso, poderão ser propostas correções, ajustes, reavaliação e adaptações as estratégias de ações e/ou projetos que deverão ser implementados imediatamente, ou caso necessário, serão remetidas à CRET para autorização. Esta Unidade de Ensino destinará um livro de registros dos eventos ocorridos que auxiliará as reuniões de avaliação.

13. PROJETOS ESPECÍFICOS

PROJETO	OBJETIVO	METAS	RESPONSÁVEIS	PERÍODO	ARTICULAÇÃO PROJETOS E PROGRAMAS.	AÇÕES INTER OU INTRASETORIAIS
		<ul style="list-style-type: none"> • Redução do lixo jogado no chão da sala de aula; • Redução das pichações na sala de aula; • Geração de maior senso de 				

Sala Ambiente	Fazer da sala ambiente um espaço de interação da prática pedagógica agradável e propício ao aprendizado.	responsabilidade nos alunos; <ul style="list-style-type: none"> • Criação da possibilidade de conscientizar professores e alunos com relação ao espaço da escola; • Favorecimento da implementação da ideia de sala ambiente; • Economia do tempo de preparo da sala para início das aulas; • Evitação de maior desgaste dos professores (carregar livros, computadores, projetores, som etc.). 	Gestores e professores	Durante todo ano letivo.		
Projeto Aula Dupla	Possibilitar ao aluno um maior número de atividades extras e explicações mais detalhadas com mais tempo em sala de aula.	<ul style="list-style-type: none"> • Maior desenvolvimento de hábitos cotidianos. • Maior contato afetivo com o professor. • Melhor desempenho prático nas atividades. • Uma melhor relação e aplicação entre teoria e prática. 	Gestores e professores	Durante todo ano letivo.		
Hora Cívica	Resgatar o amor e o respeito pelos símbolos nacionais, possibilitando ao educando uma formação integral, resgatando valores e os encaminhando para a construção de um mundo melhor e mais justo.	Incentivar os alunos a valorizarem regras e normas como elementos necessários à convivência social.	Gestores, coordenadores e professores.	Bimestral	LEI DISTRITAL Nº 6.122, DE 1º DE MARÇO DE 2018	
Aluno Destaque	Valorizar o desempenho do bom aluno.	Incentivar e motivar os alunos a se dedicarem aos estudos.	Coordenadores e professores.	Bimestral		
Intervenção	Demonstrar à comunidade	Resolver os problemas	Gestores, orientadores	Durante todo o	• O artigo 227 da Constituição	

Disciplinar	escolar e à população em geral que crianças e adolescentes também são sujeitos de direitos e deveres como todo cidadão, esclarecendo a diferença entre ato de indisciplina e ato infracional.	disciplinares junto aos alunos e seus responsáveis através de atendimento, orientação e encaminhamento para instituições quando necessário.	educacionais coordenadores e professores.	ano letivo.	Federal • O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), artigo 4º	
Projeto Parte Diversificada de Espanhol	Adquirir um nível básico de competência na habilidade linguística para que possam participar em comunicações que apresentem situações cotidianas mais frequentes, com este propósito os alunos terão as informações básicas necessária sobre as características fonéticas, gramaticais e sociolinguísticas da língua, assim como os aspectos culturais dos países de língua espanhola e suas influências nas situações sociais mais frequentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar ao aluno se aproximar da realidade dos países de língua espanhola, sendo capaz de compreender as mensagens orais e escritas das situações básicas da vida cotidiana. • O aluno deverá se fazer entender de forma oral escrita nessas mesmas situações. 	Professores de espanhol	Duas aulas semanais Durante todo ano letivo.		
Escola Integral	Ampliar tempos, espaços e oportunidades de ensino e aprendizagem aos estudantes, por meio da oferta de atividades pedagógicas, culturais, artísticas,	Fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e à redução de defasagem	Gestores, coordenador da Escola Integral, Educadores voluntários Sociais.	Durante todo ano letivo.	- Portaria nº 1, de 27/11/2009 - Lei nº 9.394/96 (LDB) art. 34 e 87. PNE, Lei nº 13.005/201	

	técnico-científicas e esportivas relacionadas às áreas do conhecimento, concepções e eixos transversais do Currículo da Educação Básica, bem como contribuir com a formação de cidadãos para o mundo do trabalho, na perspectiva da Educação Integral, em jornada ampliada de 8 e 10 horas de trabalho pedagógico efetivo.	idade/ano, evasão e da reprovação escolar oferecendo no contra turno toworkondo, dança, violão, reforço de português e reforço de matemática.			4. - LODF, art. 221 - GDF, Decreto nº 33.329, de 10/11/2011.	
Projeto de Leitura	Promover a leitura de livros de literatura em sala de aula, incentivando o hábito de leitura, despertando o seu gosto e interesse.	Conhecer livros de diferentes gêneros literários, interpretando textos de diferentes temas e gêneros, posicionando-se criticamente diante dos textos lidos.	Professores readaptados na biblioteca. Professores de português.	Durante todo ano letivo.		
Projeto Uso Sustentável da Água - feira.	Compreender as noções de uso da água, uso com intervenção e uso sustentável dos recursos hídricos.	Levar o aluno a reconhecer e analisar práticas e situações que comprometam a disponibilidade de água no Brasil e no mundo, examinando propostas para seu uso sustentável.	Coordenadores e professores.	1º Bimestre	Lei Distrital nº 5.243/2013	
Projeto Educação para a Vida	Proporcionar uma educação que prepara as pessoas não apenas para se destacarem no âmbito escolar e profissional, mas		Coordenadores e professores	2º Bimestre	Lei Federal nº 11.998/2009	

	também como cidadãos responsáveis, solidários e éticos.					
Projeto Educação ambiental	Compreensão dos conceitos relacionados com o meio ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação.		Professores de Prática Diversificada .	2º Bimestre	Lei Federal nº 12.633/2012	
Feira das Regiões			Coordenação e professores.	3º Bimestre		
Projeto de Conscientização da Luta das Pessoas com deficiência.	Conscientizar os estudantes sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência, combatendo estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência.		Sala de Recursos.	3º Bimestre	Lei Federal nº 11.133/2005.	
Projeto Consciência Negra	Levar o aluno a refletir sobre a inserção do negro na sociedade brasileira e a história da formação do povo brasileiro.			4º Bimestre	Lei Federal nº 10.639/2003	
Prova Integrada	Levar o aluno a compreender plenamente a globalização dos conteúdos curriculares, desenvolvendo um	Levar o aluno a compreender que os conteúdos estão inter-relacionados.	Coordenação e professores.	Do 1º ao 4º Bimestre		

	pensamento integrado.					
OBMEP	- Estimular e promover o estudo da Matemática contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade.	Despertar nos alunos o gosto pelo estudo da matemática.	Gestores, coordenadores e professores.	04/06/2019	Promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo Ministério da Educação (MEC), é realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).	
JICEF 14	Proporcionar a oportunidade de criar, observar, experimentar, movimentar-se, cooperar, sentir, pensar, adquirindo competências, confiança e autonomia, através de atividades desportivas bem como promover a interação social entre alunos e professores.	Criar um convívio social, saudável e interativo para nossos alunos.	Equipe de Educação Física com apoio da direção e demais professores.	De 29/06 a 05/07/2019.		GOU - Odontologia.
Escola de Pacientes.	Promover um espaço de debate, discussão e troca de experiências	Minimizar os problemas de caráter socioemocional,	Coordenadores, professores, orientadoras	Durante todo ano letivo.		MPDFT

	com pais, professores, orientadores e profissionais habilitados a respeito dos alunos portadores de Transtornos Funcionais e outros problemas relacionados as competências socioemocionais.	desenvolvendo nestes segmentos novas competências, servindo ainda como um poderoso apoio no alinhamento de metas e objetivos para conferir maior qualidade de vida e de condições de trabalho.	e pais.			
--	---	--	---------	--	--	--

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTRÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Arte - Ensino Fundamental.* Brasília: SEF/MEC, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática (5ª a 8ª séries)* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação - PNE.* Brasília: INEP, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais.* Brasília: MEC-SEF, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclos: apresentação de temas transversais.* Brasília: MEC-SEF, 2001.

BRASIL. MINISTRÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Indicadores da Qualidade na Educação. Ação Educativa, Unicef, PNOD, Inep - MEC.* São Paulo: Ação Educativa, 2004.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Projeto Político Pedagógico, Professor Carlos Mota.* GDF, Secretaria de Educação, 2012.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Educação - 2009 a 2013 -* Brasília, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica - Ensino Fundamental - Anos Finais.** Brasília, 2014.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA - Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas.** Brasília, 2014.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL - Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala - 2014-2016.** Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL (BRASIL). Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 6ª Ed.** - Brasília, 2015.

LEI Nº 4.036 DE 25 DE OUTUBRO DE 2007. (Autoria do Projeto: Poder Executivo). Publicado no DODF nº 207 de 26/10/2007, páginas 1 a 4.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e preocupações.* São Paulo. Cortez, 1996.

GUARÁ, Maria F. Rosa. *É imprescindível educar integralmente. Cadernos CENPEC: Educação Integral, São Paulo, n. 2, p. 15-24, 2006.*

SCHMELKES, Sylvia. *Qualidade da Educação Básica: módulos de I a XII.* Curso de Atualização Profissional. Portal Educativo das Américas. In: .

VEIGA, Ilma P. A. *Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico.* In: **VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

Maia, Christiane Marinatti; Scheibel, Maria Fani. *Didática: Organização do Trabalho Pedagógico.* Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 196 p.

CORREIA, Serafim Manuel Teixeira: Auto-avaliação de escola: obrigação ou necessidade?

Revista A página da educação - Edição: nº 170 - Ano 16, Agosto/Setembro 2007. Acesso em 02/10/2015 - 11h55. DEMO, Pedro. Educação e qualidade. 4ª edição. Campinas: Papirus. 1998. DISTRITO FEDERAL - Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala. 2014-2016 (SEEDF, 2014)